



CÂMARA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL

CONVITE

AJUSTE DIRETO AQUISIÇÃO DE ELEVADOR DE PISCINA





ÍNDICE

1 – Identificação do procedimento
2 – Entidade adjudicante
3 – Órgão que tomou a decisão de contratar
4 – Escolha do procedimento
5 – Condução do procedimento
6 – Forma da proposta
7 – Prazo de entrega das propostas
8 – Dúvidas e esclarecimentos
9 – Documentos das propostas
10 – Prazo de manutenção das propostas
11 – Admissibilidade de apresentação de propostas variantes
12 – Idioma dos documentos que integram as propostas
13 – Habilitação dos concorrentes
14 – Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário
15 – Prazo para a supressão de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados
16 – Critério de adjudicação
17 – Preço base
18 – Prazo de execução do serviço a adquirir
19 – Negociação das propostas
20 – Análise e exclusão da proposta
21 – Audiência prévia
22 – Esclarecimentos a prestar pelos concorrentes
23 – Valor da caução
24 – Encargos dos concorrentes
25 – Peças do procedimento
26 – Comunicações e notificações
27 – Legislação aplicável
Anexo I do CCP
Anexo II do CCP
Anexo A Modelo da Proposta



Convite

Ex.mo(a) Senhor(a),

Convida-se essa empresa a apresentar proposta nos seguintes termos:

1 – Identificação do procedimento

1.1 – O presente procedimento tem por objeto principal a aquisição de serviços de Elevador de Piscina, no âmbito da candidatura referente à aquisição de um elevador para a Piscina Municipal, cujo processo se encontra patente na Câmara Municipal de Carregal do Sal, Praça do Município, 3430-167 Carregal do Sal, onde pode ser consultado desde a data do envio do respetivo convite, durante as horas de expediente.

1.2 – A aquisição respeitará o preceituado nas cláusulas e nos respetivos termos e condições do caderno de encargos, bem como das restantes peças processuais e proposta do adjudicatário, sem embargo de eventuais resoluções permitidas por lei.

1.3 – A legislação aplicável é a do Código dos Contratos Públicos.

2 – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o **Município de Carregal do Sal**, com sede na Praça do Município, 3430-167-Carregal do Sal, com o número de telefone 232 960 400, fax 232 960 409, correio eletrónico: geral@cm-carregal.pt e plataforma eletrónica: www.acingov.pt.

3 – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, de acordo com o art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos da Contratação Pública, foi tomada pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Catalino de Almeida Ferraz, nos termos das disposições do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e das respetivas disposições do Código dos Contratos Públicos e do regime jurídico das Autarquias Locais.

4 – Escolha do procedimento

A escolha do procedimento foi feita ao abrigo do disposto da alínea d) do n.º 1 do artigo 20º, e será instruído em obediência aos artigos 112.º a 129.º, todos do Código dos Contratos Públicos, doravante também designado apenas por CCP.

5 – Condução do procedimento

O presente procedimento é conduzido pela Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos das disposições do CCP, nomeadamente dos artigos 122.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

6 – Forma da proposta

A propostas e documentos que a compõem são apresentados em observância às regras constantes dos artigos 62.º e 115.º do Código dos Contratos Públicos, diretamente na plataforma www.acingov.pt, utilizada pela entidade adjudicante.

7 – Prazo de entrega da proposta

A proposta, bem como os documentos que a integra, será entregue até às 23h59 do dia que vier a ser publicado na plataforma, nos termos do definido no n.º 9 do presente Convite.

8 – Dúvidas e esclarecimentos

8.1 – Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, à entidade e na plataforma eletrónica referida no n.º 6,

até ao final do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

8.2 – Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, nos mesmos termos, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta, sendo estes e as eventuais retificações disponibilizados na plataforma eletrónica indicada no n.º 6 e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo o interessado notificado do facto.

9 – Documento das proposta

Os documentos da proposta são os seguintes:

- a) Anexo A – Proposta;
- b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP - anexo I deste convite;
- c) Certidão de constituição da empresa, contendo o objeto principal e indicação de quem a obriga (ou disponibilização do código de acesso online) ou documento equivalente;
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento do atributo, termos e condições da proposta.

10 – Prazo de manutenção das propostas

O concorrente fica obrigado a manter a respetiva proposta pelo prazo de 66 dias, contados a partir da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

11 – Admissibilidade de apresentação de propostas variantes

Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

12 – Idioma dos documentos que integram a proposta

12.1 – Todos os documentos que integram a proposta do concorrente devem ser redigidos em português, sem prejuízo do preceituado no número 3 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos.

12.2 – Quando pela sua própria natureza ou origem, estejam redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

12.3 – Pode o concorrente apresentar tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

13 – Habilitação do concorrente

Não pode ser concorrente ao presente procedimento a entidade que incorra nos impedimentos previstos no art.º 55.º do CCP.

14 – Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

14.1 – O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, à Câmara Municipal de Carregal do Sal, Praça do Município, 3430-167 Carregal do Sal, diretamente por correio eletrónico indicado no n.º 2 deste convite.

14.2 – Os documentos de habilitação, referidos no n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos são os seguintes:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º.

14.3 – Para além dos documentos mencionados no número anterior, o adjudicatário deve apresentar:

- a) Certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial, com o registo dos titulares da gerência, que se encontrem em efetividade de funções (ou código de acesso online);
- b) Certificado do registo criminal da empresa e dos titulares representantes da mesma;
- c) Documento comprovativo da titularidade da habilitação legal para o exercício em Portugal das atividades objeto do procedimento;
- d) Fotocópia do número fiscal da empresa;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade/cartão de cidadão da pessoa que outorgará o contrato (com indicação da respetiva morada);
- f) Documento comprovativo do registo central de beneficiário efetivo (RCBE);
- g) Se houver representação, procuração passada com poderes para o efeito.

15 – Prazo para a supressão de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados é de 2 (dois) dias.

16 – Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade da avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

17 – Preço base

O preço base do presente procedimento é de € 8.470,00 (oito mil quatrocentos e setenta euros), sem inclusão do IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Carregal do Sal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

18 – Prazo de execução do serviço a adquirir

18.1 – A aquisição/prestação de serviços objeto do contrato deverá estar integralmente executada no prazo definido no número 1.2.

18.2 – O prazo descrito no número precedente terá o seu início no dia estipulado pelo contrato.

19 – Negociação da proposta

A proposta apresentada pelo concorrente não será objeto de negociação.

20 – Análise e exclusão da proposta

20.1 – Após análise da proposta, compete aos serviços solicitar esclarecimentos sobre a mesma, caso tal se justifique e elaborar informação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos.

20.2 – É considerada inaceitável a proposta que:

- a) Implique um preço contratual superior ao preço base fixado;
- b) Se constate a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência;
- c) Não esteja assinada pelo responsável ou seu representante;
- d) Não apresente os documentos exigidos no presente convite, solicitados nos termos dos artigos 57.º n.º 1 do CCP;

e) Tenha sido apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação;

f) Seja apresentada por concorrente, relativamente ao qual a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;

g) Não integre todos os documentos exigidos no presente convite, solicitados nos termos do artigo 57.º n.º 1 do CCP;

h) Seja apresentada como variante;

i) Não observe quaisquer das formalidades do modo de apresentação definidas neste convite ou que violem as disposições legais previstas no CCP.

21 – Audiência prévia

Não é aplicável, por força do preceituado no artigo 125.º do CCP, sem embargo do concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta, conforme n.º 2 do referido artigo.

22 – Esclarecimentos a prestar pelo concorrente

22.1 – Em obediência ao n.º 20.1, a Câmara Municipal pode pedir ao concorrente quaisquer esclarecimentos sobre a proposta apresentada que considere necessários para o efeito da análise e avaliação da mesma.

22.2 – Os esclarecimentos prestados pelo concorrente sobre a respetiva proposta fazem parte integrante da mesma, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.

22.3 – Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo do procedimento, devendo o concorrente ser notificado.

23 – Valor da caução

Não haverá lugar à prestação de caução de 5% (cinco por cento), nos termos e para os efeitos das disposições do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

24 – Encargos dos concorrentes

São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da respetiva proposta e atos de preparação da celebração do contrato.

25 – Peças do Procedimento

25.1 – O caderno de encargos, em anexo, é a peça processual que integra o procedimento.

25.2 – O caderno de encargos, respetivos anexos, convite e contrato, consubstanciam os aspetos essenciais das cláusulas contratuais da presente aquisição/prestação de serviços.

25.3 – As peças do procedimento poderão ser consultadas na Câmara Municipal de Carregal do Sal, Edifício dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal.

26 – Comunicações e notificações

26.1 – Todas as comunicações entre a Câmara Municipal de Carregal do Sal, os seus serviços e o concorrente ou o adjudicatário relativas à fase de formação do contrato serão escritas e redigidas em português e efetuadas através do email indicado no n.º 2 deste convite,

26.2 – As comunicações entre a Câmara Municipal e o adjudicatário relativas à fase de execução do contrato serão escritas, redigidas e enviadas por via postal registada com aviso de receção para a morada indicada no n.º 2 deste convite.

27 – Legislação aplicável

Em tudo não especificado no presente convite e respetivo caderno de encargos, aplicam-se as

disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual bem como as disposições legislativas aplicáveis de acordo com a natureza do fornecimento a contratar.



ANEXO I

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *j*)
da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *j*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea *1)* da alínea *b)* ou alínea *c)* do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão ‘a sua representada’.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO A

PROPOSTA

(*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal da firma (*indicar firma, NIF e sede*), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do concurso para a adjudicação da (*designação do procedimento*), **cuja especificações constam do caderno de encargos**, propõe-se a executar todos os trabalhos de harmonia, nas condições e termos expressos no Caderno de Encargos, Termos e condições e legislação aplicável, pelo preço contratual de (*valor da proposta em numérico*) euros (*valor da proposta por extenso*), o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

O prazo de execução de todos os trabalhos nas condições e termos expressos no Caderno de Encargos, Termos e condições e legislação aplicável, é de (*n.º de dias*) dias.

Mais declara que renuncia a foro especial, e se submete em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(*data*)

(*assinatura*)